



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15602 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

A RACIONALIDADE POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO E A PLATAFORMIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO NO PARANÁ.

Luiz Aparecido Alves de Souza - UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

Maria de Fátima Rodrigues Pereira - UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

A RACIONALIDADE POLÍTICA DO NEOLIBERALISMO E A PLATAFORMIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO NO PARANÁ.

1 INTRODUÇÃO

A racionalidade política do neoliberalismo na educação brasileira é uma determinante e, certamente, uma ocorrência de que a teoria de valor, teorizada por Marx e Engels, sob os auspícios do capitalismo, no século XIX na Europa, tem se colocado como o grande espectro na atualidade, ao observar, como tem performatizado, na esfera da política educacional disputando suas agendas, como também a algibeira do Estado.

O fenômeno concretizado desta racionalidade política do capital, no campo educacional, é amplamente visualizado no modus operandi, pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), e no avanço incisivo, na introdução das plataformas educacionais por meio de contratos com a iniciativa privada em particular, no contexto da pandemia covid-19 em diante. Antunes (2022) afirma que, a pandemia evidenciou, a importância determinante do trabalho para a valorização do capital. Foi possível, com isso, sentir o punho certo do neoliberalismo, quando em detrimento da saúde do trabalhador, a pressão pela “volta da produção”, pela “saúde da economia” e, agora, não somente se apresentou, a faceta destrutiva do capitalismo, em sua magnitude letal.

O direito ao conhecimento democratizado na sociedade, ficou comprometido

pela indústria do negacionismo científico, as desigualdades educacionais acirraram assim como os índices de evasão escolar e de adoecimento em todos os níveis, desde a saúde física e mental. Nesse contexto, se coloca o que Antunes (2002) denomina de capitalismo de plataforma, impulsionado pelos organismos internacionais e nacionais, as corporações globais que se assemelham à “protoforma do capitalismo”, gerando o surgimento do fenômeno social da “escravidão digital”.

Ainda recorrendo ao Antunes (2022), as empresas se equiparam cada vez mais para controlar digitalmente as atividades produtivas e impedir que o trabalho se disperse e seja substituído por trabalhos criativos. Essa lógica e dinâmica está consorciada no campo educacional, por meio da prática intitulada plataformização da educação. Esse panóptico digital induz a divulgação e assimilação de um novo léxico nas instituições escolares, oriundas do universo empresarial: cumprir metas, ser parceiros, colaboradores, empreendedores, resilientes, trabalho por evidências pedagógicas, enfim, a nova racionalidade do capital capta também a subjetividade dos trabalhadores.

Colocar a educação a serviço do trabalho requer perguntarmos sobre qual epistemologia do trabalho está se colocando? Na obra “Trabalho em plataformas: regulamentação ou desregulamentação”, Antunes (2024) apresenta a expressão máxima do neoliberalismo, em seu estágio de letalidade para os trabalhadores. Os autores apresentam resultados de pesquisas acerca das decisões judiciais, prolatadas em dezoito países europeus e, desse modo, aclara a forte tensão existente entre as teses que buscam impingir ao trabalho a conotação de mera mercadoria descartável e as que almejam garantir a sua dignidade e assegurar direitos fundamentais aos trabalhadores e trabalhadoras que suam plataformas digitais. É a estrutura de Estado e governos a serviço do Mercado, são os princípios, diretrizes e a natureza do neoliberalismo em sua face declarada à crise estrutural do capitalismo atual.

Em nome de uma suposta democratização, que as novas tecnologias digitais emprestariam às instituições escolares, Dardot e Laval (2016) nos lembra de que é preciso inventar uma nova governamentalidade ao apontar que não podemos ignorar que o esgotamento da democracia liberal nos leva a compreender de que a governamentalidade neoliberal não é democrática na forma e antidemocrática nos fatos. Simplesmente não é democrática nem mesmo no sentido formal, como nos lembra Marx (2010), na Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, ao pensar a democracia, implica pensar uma nova forma de organização política que resolva a contradição entre Estado e sociedade civil.

Diante do exposto, o presente estudo intenciona trazer considerações em que se problematiza acerca do avanço e da intensificação no uso de tecnologias

digitais na educação e os impactos na organização do trabalho pedagógico dos/as professores/as no estado do Paraná.

Do ponto de vista metodológico, os dados apresentados neste resumo, são oriundos de um questionário aplicado a 48 professores/as, que trabalham em várias realidades escolares, na educação básica. Nessa investigação de natureza qualitativa e com o uso das técnicas de entrevista e conteúdos bibliográficos, foi possível constatar duas características importantes ao debate da educação básica: 1) sob a perspectiva do neoliberalismo, se impõe uma política de vigilância e controle dos/as professores/as e estudantes nas instituições escolares e 2) essa política autoritária vem contribuindo para o recuo da teoria, por meio da reprodução de conteúdos que estão nas plataformas digitais, as quais professores/as devem comprovar exaustivamente por evidências de imagens, sons e postagens de acesso.

Assim, organizamos o texto em duas seções, antecedida da introdução e sucedida das considerações finais, a saber: 1) notas sobre a racionalidade política do neoliberalismo na sua fase panóptica e letal para o trabalho na educação e 2) a incorporação das plataformas digitais pelos professores e o lugar das evidências no lócus da criatividade docente.

A seguir trataremos das notas sobre a racionalidade política do neoliberalismo na sua fase panóptica e letal para o trabalho dos/as professores/as na educação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A racionalidade política do neoliberalismo

Para Mézáros (2009) o núcleo constitutivo do sistema sociometabólico do capital é formado pelo núcleo capital, trabalho e Estado, que são por sua vez materialmente, constituídos e inter-relacionados, e é impossível superar o capital sem a eliminação dessa composição. É nessa composição que se explica a divisão hierárquica, a lógica empresarial, as relações autoritárias- expressas pelas instalações de câmeras em todo o ambiente escolar e controlado pelos visores de tv na sala da direção, da tecnologia digital determinando o tempo e os espaços do ensino-aprendizagem de professores e estudantes- é o capitalismo de plataformas e de vigilância como afirma Antunes (2022).

O entendimento de que, a atual política educacional no estado do Paraná, vem a serviço de um governo empresarial, nos reporta a Dardot e Laval (2016) quando afirma que

(...) as grandes ondas de privatização, desregulamentação e diminuição de impostos que se espalharam por todo o mundo a partir dos anos de 1980 deram crédito à ideia de um engajamento do Estado ou, pelo menos, do fim dos Estados-nações liberando a ação dos capitais privados nos campos regidos até então por princípios não mercantis. (P.271).

Os teóricos são incisivos ao encaminhar a leitura de que no neoliberalismo, o Estado foi clivado de duas maneiras: externamente, com privatizações maciças de empresas públicas que põem fim ao ‘Estado produtor’, mas também internamente, quando da instauração de Estado vigilante, avaliador, regulador e punitivo que mobiliza instrumentos de poder e, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 273).

E, para justificar a utilização das tecnologias digitais, por meio das plataformas, o governo empresarial do Paraná, regulamenta, vigia e fiscaliza a sua implementação por meio das funções dos “tutores” e “embaixadores” pedagógicos dos Núcleos Regionais de Educação (NREs), que visitam as instituições escolares e intimam direção escolar e equipe pedagógica, a cobrar professores/as e estudantes, no uso das plataformas digitais.

É preciso considerar que, a desconstrução do trabalho dos/as professores/as e, portanto, da organização do trabalho pedagógico nas instituições escolares, segue ao curso da crise estrutural do capital, antes mesmo da eclosão da pandemia. Cabe lembrar, do combo das reformas implementadas com a ascensão de Temer à presidência da República em 2016: reforma trabalhista (Lei n. 13.467/17), reforma do ensino médio (Lei n. 13.415/17), reforma da previdência (EC n. 103/19), o que provocou um enorme processo de devastação e corrosão dos direitos e, em particular, o enfraquecimento das associações dos trabalhadores em seus sindicatos.

Na sequência, trataremos da incorporação das plataformas digitais pelos professores e o lugar das evidências nos processos de ensino em substituição a autonomia do/a professor/a.

2.2 Evidências da aprendizagem no uso das plataformas digitais

A educação baseada em evidências, se traduz, no léxico eletivo da educação neoliberal e, nos estandartes dos empresários, que disputam e incorporam por meio das tecnologias que fornecem, numa espécie de “mantra” exibido nos documentos oficiais enviados às instituições escolares. O uso contínuo e recorrente, da referida expressão, foi objeto de estudo do Minto (2023) e que, a partir dos estudos de Shiroma e Evangelista (2006), afirmam que a burguesia, historicamente, organiza suas propostas para a educação como uma “ciranda de slogans”.

Nessa direção, os autores defendem que o uso de slogans nada mais é que uma estratégia da burguesia que, “expressa violência com a qual o capital se impõe na luta de classes, desnudando os seus imperativos, mas igualmente ocultando sobre os mesmos e obliterando a compreensão do mundo dos setores não dominantes” (MINTO, 2023, p.12).

A Educação por evidências tributa na perspectiva da teoria do capital humano, e remete aos anos de 1950 a 1970 em que, nesta teoria, há o bloqueio da apropriação dos fundamentos concretos das relações sociais capitalistas e, conseqüentemente, da elaboração das políticas educacionais. Os governos ocupados pela burguesia, o empresariado da educação, reconhecem que não investem devidamente na educação e assim, assumem “o que funciona” em educação, ou seja, a própria tecnologia que disponibilizam para as instituições escolares, como se fossem um “dato natural, sem história e determinações complexas; como se não resultassem de políticas educacionais efetivas, interessadas, posicionadas no interior dos antagonismos de classe” (MINTO, 2023, p. 21).

Para o recorte deste trabalho, trazemos algumas variáveis da pesquisa aplicada junto aos professores/as da rede estadual, por entendermos que, esses/as professores/as que estão em efetivo trabalho, na educação básica, são os que vem sendo determinados, pelas políticas neoliberais à incorporação das plataformas digitais nos processos de ensino, aspectos estranhados ao desenvolvimento da docência.

Os/as professores/as se reconhecem no trabalho que desenvolvem junto às plataformas digitais ou há um estranhamento? Um processo ensino aprendizagem performatizado pela quantidade de acessos, de evidências que vem ocorrendo quando professores/as e estudantes registram por meio de imagens, sons, teclados e apertos de botões, como denuncia o professor Francisco: “*Tenho um papel escrito e assinado por aluno que diz: "antes a gente tinha que estudar, agora é só apertar uns botões"... Acredito que seja desnecessário outro comentário*”.

Marx (2004) afirma que sob as condições capitalistas de produção, quanto mais produz mais o trabalhador se deforma, chegando ao ponto de afirmar que aqui este se torna uma mercadoria humana, justamente porque vende sua própria atividade vital.

Um exemplo disso é a ampliação do número de plataformas e com ela o aumento na intensidade das cobranças por parte da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Todo acesso a qualquer plataforma ou ferramenta é monitorado pelo sistema do Power BI da Microsoft (Plataforma unificada e escalonável para BI (Business Intelligence), pois requer login e senhas individuais,

tanto do/a docente quanto do estudante:

No entanto, ao olhar a realidade complexa das instituições escolares paranaense, constata-se que *“há turmas com mais de 40 alunos(as) dividindo 20 computadores, conexão de má qualidade e deficiências estruturais graves acirram os desafios enfrentados por professores(as) diante da imposição de plataformas digitais”*, como afirma a professora Laura. Há um abismo entre o que o governo empresarial cobra e as condições de trabalho ofertadas.

De acordo com o professor Eduardo, *“os educadores e estudantes utilizam dispositivos digitais particulares para cumprir as exigências quanto ao uso de plataformas”*. Mas o caráter diverso das condições socioeconômicas dos(as) estudantes torna inevitável a desigualdade de acesso. Perguntamos aos professores/as três questões centrais, a saber:

Quadro 1- Questões nucleadoras sobre a utilização das plataformas digitais

Questão 1	Você conseguiu mensurar quantitativa ou qualitativamente melhor desempenho dos estudantes, com as implementações das plataformas digitais idealizadas por este processo formativo? Descreva sua experiência.
Questão 2	Como você percebe o impacto do formato e das propostas metodológicas apresentadas na sua prática pedagógica cotidiana e com qual frequência você as aplica?
Questão 3	Como o uso das plataformas digitais afeta o tempo dedicado ao trabalho pedagógico: ele é aumentado, permitindo mais tempo livre, ou reduzido? Justifique sua resposta.

Fonte: Organização dos autores. Google Forms (2024)

Para a questão 1 foi indagado se os/as professores/as consideram avanços no desempenho dos estudantes quando foram incorporadas as plataformas digitais nos processos de ensino. A professora Marisa afirma que *“o formato obrigatório, dentro da jornada se torna um agravante, sobretudo com a penalização dos servidores (as) que não participam, onde há prejuízos na carreira para quem não faz, carga além de trabalho, o que torna desgastante o momento, que volto a repetir, colabora com a formação”*. A Professora Soraya explicita que *“parece algo robotizado. Os alunos descobrem as falhas da plataforma e ou fazem algo muito no automatizado, sem ler e não aprendem”*. Minto (2023) aponta que *“a mercadoria fundamental desse sistema não é a evidência em si, seu conteúdo específico; é o seu uso para legitimar as políticas que são de interesse do campo hegemônico, assim como as demandas que essas criam. (...) (p. 82).*

Na sequência, para a questão 2, indagamos a respeito do impacto do formato e das propostas metodológicas apresentadas, na sua prática pedagógica cotidiana dos/as professores/as. A professora Laura aponta que *“ainda tenta manter*

um mínimo de qualidade na minha prática, evitando usar o que não funciona, até porque pouco domino recursos digitais (...) e que os alunos apenas 'brincam' com plataformas".

O professor José afirma que *"vê isso com certo receio, pois tira a autonomia do professor e da professora de pensar a especificidade das suas turmas. A imposição de atividades como Quizz, Super Quizz e atividades prontas modelam um padrão de aprendizado que não leva ao pensamento criativo e crítico da realidade"*. O que constatam, tanto a professora Laura quanto o professor José, é que, com a incorporação da plataformização na educação básica, os/as professores/as estão sendo expropriados do seu conhecimento escolar, da sua didática, ao ceder espaço para os conteúdos, que na concepção dos/as entrevistados/as, alijam a criatividade e dimensão da reflexão e da crítica, tão necessários para o processo da formação para a autonomia intelectual.

Quanto à questão 3 foi perguntado como o uso das plataformas digitais afeta o tempo dedicado ao trabalho pedagógico: ele é aumentado, permitindo mais tempo livre, ou é reduzido? A professora Sandra diz que *"reduz o tempo de trabalho com atividades prontas e metas a serem cumpridas com as aulas do RCO, Quizzes, Prova Paraná, avaliações externas etc., mas aumenta o tempo de trabalho com relatórios, metas a cumprir, obrigações de acesso a links e plataformas em ritmos impostos pela SEED, e sob ameaças, talvez até assédio"*. O professor Marcos aponta que *"até o momento a única atividade que utilizo de plataforma é a realização dos Quizzes, que ainda para mim aumenta o tempo de trabalho"*. Já a professora Josete afirma que o tempo é *"reduzido, uma vez que há a necessidade de cumprimento das metas de acesso estabelecidas pela mantenedora"*.

Observa-se pelas repostas dos/as entrevistados/as, que o custo de tempo para a utilização das plataformas digitais, se coloca em duas direções: há a possibilidade de o tempo ser reduzido, pois as aulas já estão prontas e bastam os/as professores/as reproduzi-las. Na outra ponta, está o aumento do tempo, em que o/a professor/a tem que apropriar e manejar as muitas plataformas exigidas diariamente para o desenvolvimento do seu trabalho pedagógico.

A plataformização digital, ao entrar no contexto dos processos de ensino-aprendizagem, tendem a confinar a relação professor/a e estudantes ao espaço da sala de aula, e toda a atenção dispendida para as telas de seus smartphones, notebooks, tablets, televisores etc. Paro (2006) afirma que *"não é apenas no âmbito da sala de aula que os alunos aprendem e desenvolvem o pensamento crítico. Outras vivências na escola são fundamentais a esse processo"*. (p.74).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação das plataformas digitais para os processos educativos na educação básica em particular, no contexto da crise estrutural do capital, desde os idos de 1980 e, na particularidade brasileira, com a ascensão do neoliberalismo, como expressão da política capitalista de reestruturação, nas décadas seguintes a 1990, está alinhada a uma racionalidade específica, que tem seus fundamentos nos organismos internacionais e nos pressupostos da Educação baseada em Evidências, determinadas por esses organismos.

A problemática a ser respondida pela pesquisa, em seu recorte para este trabalho, foi acerca do avanço e da intensificação no uso de tecnologias digitais na educação e os impactos na organização do trabalho pedagógico desses professores. As respostas dos/as entrevistados/as autorizam a denunciar o que vem ocorrendo na particularidade do estado do Paraná, mas também em outros estados da federação, uma educação pautada nas evidências dos acessos, da incorporação das plataformas pelos dispositivos eletrônicos dos/as professores/as na sua forma autoritária, vigiada e punitiva. O estranhamento do/a professor/a quanto ao produto do seu trabalho- a aula, o ensino, os processos de ensino, sua didática, cooptada a todo instante pelo capitalismo de plataformas, como nomeia Antunes (2022).

Enfim, essa racionalidade neoliberal no pós-pandemia, que vem somada a uma composição nefasta de negacionismo científico, do recuo da teoria, das evidências do pragmatismo pedagógico, quase soterrando as possibilidades de autonomia do professor e de sua capacidade de criação, reflexão e crítica assegurada constitucionalmente, são diariamente metrificada por meio das instalações de câmeras em todo o ambiente escolar e controlado pelos visores de tv na sala da direção numa espécie de panoptismo escolar.

Palavras- chave: Neoliberalismo. Plataformização Digital. Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____. (Coord.) et ali. **Trabalho em plataformas**: regulamentação ou desregulamentação? São Paulo: Boitempo, 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. **Educação para o alívio da pobreza**: novo tópico para a agenda global. Revista de Educação, Campinas, n. 20, p. 43-54, jun. 2006.

HARVEY, D. **Crônicas anticapitalistas**: um guia para a luta de classes no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2024.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004

_____. **Crítica à Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010

MESZAROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINTO, L.W. **O avesso das evidências**: pesquisa e política educacional em tempos de negacionismo. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2023.

PARO, V. H. (Org.). **A teoria do valor em Marx e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2006
